Brazilian Journal of Development

A gestão como característica da agricultura familiar

Management as a characteristic of family agriculture

Recebimento dos originais: 01/07/2018
Aceitação para publicação: 07/08/2018

Marlowa Zachow
Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Cascavel
Endereço: Rua Universitária, 2069 – Jardim Universitário, Cascavel – PR, Brasil
Email: marlowaz@hotmail.com

Clério Plein
Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Francisco Beltrão
Endereço: Rua Maringá, 1200 – Vila Nova, Francisco Beltrão – PR, Brasil
Email: clerioplein@gmail.com

RESUMO

A agricultura familiar tem se mostrado um pilar do desenvolvimento em vários países, e sobrevivido apesar de previsões em contrário. Através de uma revisão de literatura verificou-se os conceitos de desenvolvimento, de agricultura familiar e quais as ferramentas gerenciais podem ser utilizadas por essas propriedades. Verificou-se que o desenvolvimento busca equilíbrio entre fatores econômicos, sociais e culturais. A agricultura familiar requer que a gestão é feita por membros da família, e essa premissa está alinhada entre teoria e legislação brasileira. Algumas ferramentas que tratam de planejamento de produção, gestão de qualidade, gestão de custos, comercialização, gestão de recursos financeiros e gestão de outros recursos como a terra, mão de obra e outros imobilizados foram relacionadas como importantes para a gestão rural na agricultura familiar, para que a mesma sobreviva em meio ao mercado competitivo que está inserida.

Palavras-chave: Gestão; Desenvolvimento; desenvolvimento rural; agricultura familiar.

ABSTRACT

Family farming has been shown to be a cornerstone of development in several countries, and has survived despite predictions to the contrary. Through a literature review we verified the concepts of development, family agriculture and which management tools can be used by these properties. It was verified that development seeks balance between economic, social and cultural factors. Family agriculture requires that management is done by family members, and this premise is aligned between theory and Brazilian legislation. Some tools that deal with production planning, quality

Brazilian Journal of Development

management, cost management, marketing, financial resource management and other resources management such as land, labor and other fixed assets were related as important for rural management in family agriculture, to survive in the competitive market.

Key words: Management; development; rural development; family farming.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento tem sido estudado e ampliado ao longo dos anos. Atualmente há várias definições de desenvolvimento que incluem fatores não somente financeiros, mas fatores sociais, que ampliem a qualidade de vida e a liberdade do ser humano. Além disso não se consegue mais falar em desenvolvimento sem pensar na questão de sustentabilidade ambiental. Com o desenvolvimento rural não é diferente. O desafio do desenvolvimento desse meio é grande, porém necessário.

No Brasil, onde o meio rural é extenso e bastante expressivo para a economia, o desenvolvimento rural ganha importância ainda maior. Para entender o meio rural, é necessário percorrer pelos conceitos de pequeno produtor, agricultor familiar e camponês. Com isso é possível entender porque as teorias de extinção do agricultor familiar não foram concretizadas, e de que forma o agricultor familiar tem se reinventado ao longo dos anos.

A discussão sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento tem aumentado nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável e segurança alimentar. Segundo estudos realizados, a agricultura familiar brasileira apresenta grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, situação dos produtores e infraestrutura, até mesmo dentro de cada região. Isso mostra a necessidade de conhecimento profundo, com objetivo de estabelecer políticas públicas eficientes. (INCRA/FAO, 2000)

A estrutura social da agricultura familiar no capitalismo tem sido pouco estudada, e sua importância é inegável, já que são essas unidades produtoras as responsáveis por grande parte da produção de alimentos nos países desenvolvidos. (ABRAMOVAY, 2007). Segundo dados do Portal Brasil, em 2015, 70% dos alimentos consumidos no país foram produzidos pela agricultura familiar. (PORTAL BRASIL, 2015). Segundo relatório da ONU no ano de 2014, as propriedades geridas por famílias detêm cerca de 80% da produção de alimentos e ressalta a importância dessas propriedades para o desenvolvimento sustentável e erradicação da insegurança alimentar. (ONUBR, 2014)

Não existe consenso em relação ao conceito de agricultura familiar, porém a questão da gestão é citada por vários autores como uma característica central desse tipo de produtor. Diante disso, pretende-se nesse trabalho levantar conhecimentos e ferramentas gerenciais que podem ser aplicadas nas propriedades da agricultura familiar.

Brazilian Journal of Development

2 REVISÃO DA LITERATURA

A agricultura familiar tem sido a base para o desenvolvimento de diversos países. Porém para a manutenção dessas propriedades, é importante que elas consigam se perpetuar através do gerenciamento adequado.

Necessário faz-se entender afinal o que é desenvolvimento, o que é agricultura familiar, e como pode ser feito o gerenciamento dessas propriedades.

2.1 DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Por vezes o conceito de desenvolvimento pode ser confundido com o conceito de crescimento econômico. Mesmo entre estudiosos do tema não há consenso sobre o significado do termo desenvolvimento, porém grande parte das definições envolve questões como qualidade de vida e sustentabilidade.

Para Veiga (2010), o conceito de desenvolvimento geralmente tem três possíveis respostas, duas dessas extremamente simplistas: a) ligado ao crescimento econômico, o que é justificado pelo autor pelo fato de existirem muitas pesquisas sobre o assunto; b) mito ou manipulação ideológica, uma mera ilusão.

Até o início dos anos 1960 não sentiu-se necessidade de diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento, já que os países mais desenvolvidos naquele momento eram justamente os que tornaram-se ricos através da industrialização. Porém surgiram evidências de que nos países semi-industrializados o acesso à bens materiais e culturais (saúde e educação por exemplo) não aumentou conforme o crescimento, fato que tinha ocorrido em países considerados desenvolvidos. Essa constatação motivou debates acerca da palavra desenvolvimento. A controvérsia ainda perdura, porém sofreu um abalo a partir do momento que a ONU passou a divulgar um índice de desenvolvimento que não leva em consideração apenas a renda per capita. (VEIGA, 2010).

Alguns pesquisadores, como Giovanni Arrighi, Oswaldo de Rivero, Majid Rahnema e Gibert Rist, cada um ao seu modo, difundiram a ideia de que desenvolvimento não passa de um mito. Para Arrighi existiam três grupos de países: um pequeno núcleo orgânico de países centrais, uma extensa periferia de países mais pobres e uma semiperiferia de nações emergentes. Para ele o desenvolvimento era uma ilusão pela dificuldade de uma nação caminhar entre essas hierarquias. (VEIGA, 2010; FAVARETO, 2006). Porém a metodologia de estudo de Arrighi, de acordo com Veiga (2010) não é robusta, já que utiliza dados do Produto Nacional Bruto (PNB) para demonstrar seus pensamentos, ou seja, ele acaba por reforçar a ideia comum de que o desenvolvimento está ligado a riqueza. Conforme Veiga (2010) Oswaldo de Rivero, Majid Rahnema e Gilbert Rist foram

autores que também defenderam o desenvolvimento como mito, porém com argumentações mais elaboradas.

Na visão de Rivero (2002, apud Veiga, 2010) existem dois "vírus" que ameaçam o desenvolvimento:

a) o vírus da miséria científico-tecnológica, onde a demanda e preço de produtos e serviços de alta tecnologia crescem mais que a demanda e preço de matérias primas e de produtos com baixo conteúdo tecnológico;
b) explosão demográfica urbana.

Nessa linha Rivero (2002, apud Veiga, 2010) defende que é urgente alcançar equilíbrio entre crescimento da população e o de recursos como alimentos, energia e água, para então ser possível um ambiente sociopolítico estável que permita a modernização. E sua recomendação é abandonar o mito do desenvolvimento, e deixar de pensar na riqueza para pensar na sobrevivência das nações.

Apesar de Rivero falar em desenvolvimento como mito, percebe-se que o mesmo tem uma visão crítica em relação ao desenvolvimento da maneira como estava fundamentado. Traz à tona a realidade da situação dos ditos países "em desenvolvimento", fazendo uma reflexão sobre a dificuldade desses países saírem da condição atual e evoluírem de alguma forma. Além disso traz alguns fatores sociais como parte do desenvolvimento.

Majid Rahnema organizou uma coletânea de 37 textos que falam sobre a emergência de um novo paradigma, chamado "pós-desenvolvimento". Gilberto Rist escreveu 13 capítulos da história do desenvolvimento. Porém na visão de Veiga (2010, p. 27) é "impossível dizer qual desses dois livros é mais vago em suas conclusões.". Apesar da desilusão dos autores e tentativa de desconstrução do termo desenvolvimento, os mesmos não chegam a apontar alguma alternativa ao desejo de evolução e progresso.

Outro autor que merece destaque ao citar o desenvolvimento como um mito é o economista brasileiro Celso Furtado. Em sua obra "O mito do desenvolvimento econômico", escrito em 1974 o autor já no primeiro capítulo traz a atenção dos leitores aos recursos naturais. Furtado (1996) faz uma indagação instigante: o que aconteceria se o dito desenvolvimento econômico que todos perseguem for atingido por todos os povos da Terra? E ele mesmo responde: "a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso.". (FURTADO, 1996, p. 11). Nesse sentido o autor já consegue firmar o conceito de mito, não no sentido "ruim" da palavra, mas algo ou inalcançável, ou que se alcançado seria insustentável. Ele deixa claro que todos estão buscando algo que, se conseguirem, irá falir o mundo, economicamente falando. Outra constatação importante feita por Furtado (1996) é

que é difícil captar a natureza do subdesenvolvimento, e através da análise do panorama da economia mundial no século XIX sua constatação foi que o subdesenvolvimento é um processo histórico. (FURTADO, 1996). Isso faz repensar toda a estratégia para atingimento do desenvolvimento perseguido até então, pois não bastaria repetir os passos de outros países, já que isso seria impossível. Furtado rompe com seu pensamento anterior a partir da década de 1970, e a partir desse momento começa a estudar os reais motivos do desenvolvimento: criatividade cultural e a morfogênese social. Nesse meio começam os questionamentos sobre o que motiva a invenção e como essa capacidade foi canalizada para a criação técnica, justificando a confusão entre desenvolvimento e explicação do sistema produtivo. (VEIGA, 2010).

Na década de 1980 Ignacy Sachs engrossa o coro que afirma que crescimento não é igual a desenvolvimento. Para o autor é necessário tratar de paz, economia, meio-ambiente, justiça e democracia de maneira simultânea, e tomar as condições sociais como ponto de partida para esforços em prol do desenvolvimento. (SACHS, 1995). Nesse sentido fica claro a visão da importância dada a fatores ambientais e sociais para o desenvolvimento, fugindo completamente da noção de desenvolvimento como geração de riqueza. Sachs (1995, p. 44) defende que abandone-se os adjetivos utilizados com a palavra desenvolvimento, tais como econômico, social, etc. e foque-se no sentido da própria palavra desenvolvimento com a hierarquia proposta por ele "o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental.". Em 2002 Sachs no seu livro "Caminhos para o desenvolvimento sustentável", Sachs fala sobre sustentabilidade, e afirma que muitas vezes a palavra é utilizada apenas como sinônimo de preservação ambiental. O autor afirma que existem outras facetas para o conceito de sustentabilidade e anexa o que ele chama de Critérios de sustentabilidade". Se antes falavam-se em cinco critérios, agora são oito os escolhidos pelo autor, a saber: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política (nacional) e política (internacional). Apesar de aumentar o número de critérios, Sachs (2002) continua explicitando a necessidade de integração entre diversos fatores para garantir o desenvolvimento que agora é chamado por ele de "sustentável", e esses fatores não necessariamente estão ligados a riquezas materiais, mas sim a fatores sociais que garantam uma vida justa e decente para a população, e respeitando o uso dos recursos naturais.

Um conceito de desenvolvimento que surgiu na década de 1990 foi o defendido por Amartya Sen, que é o de desenvolvimento como liberdade. De acordo com Veiga (2010, p. 32) "aqui está a mudança fundamental no modo de se entender o desenvolvimento.". Em 1998 Amartya Sen ganhou o prêmio nobel de economia e em 1999 publicou o livro "Desenvolvimento como liberdade", a partir de uma série de conferências proferidas nos anos anteriores. Conforme Veiga (2010, p. 33) "o trocadilho sen-sacional, que intitulou o curto e contrariado comentário da revista

The Economist sobre a premiação do indiano em 1998, é o mais adequado para qualificar esse livro". Para Veiga (2010) o conceito de Sen é o meio termo entre o desenvolvimento dado como crescimento e a crença de que o mesmo seja inalcançável. De acordo com Favareto (2006, p. 61) além da diferente maneira de Amartya Sen pensar no desenvolvimento, um grande significado da sua obra "é a contestação que ele produz acerca da mais cara tese do mainstream da economia, segundo a qual os indivíduos agem sempre motivados pelo auto-interesse.".

Em relação ao conceito de desenvolvimento como liberdade, já na introdução do seu livro, Sen (2000, p. 17) explica que o mesmo deve ser encarado como "processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.". Conforme o autor a visão que encara desenvolvimento como aumento das riquezas (do Estado ou pessoais), melhoria tecnológica, ou outras, são restritas em relação ao enfoque na liberdade. Apesar do autor claramente ter enfoque em questões sociais, ele não descarta a importância da riqueza. A diferença é no papel que Sen atribui a riqueza. Para ele a riqueza é um meio e não um fim. Conforme Sen (2000, p. 17) o crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto) ou das rendas individuais "pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade.". Para Sen (2000) o desenvolvimento está intimamente ligado com a melhoria da vida que se leva e com a expansão das liberdades desfrutadas. Para o autor existem dois motivos cruciais para a importância do conceito de liberdade no desenvolvimento. Primeiro, a questão da própria liberdade individual é importante para medir o êxito de uma sociedade, já que essa alavanca a liberdade global da pessoa e permite que ela tenha resultados valiosos. O segundo motivo é o fato da liberdade melhorar o potencial das pessoas cuidarem de si próprias e influenciar o mundo, o que é imprescindível para o desenvolvimento.

Assim como o desenvolvimento, o desenvolvimento rural também possui diversas correntes de pensamento, que o analisam de maneira diferenciada. Para Abramovay (2009) o desenvolvimento rural não pode ser visto apenas como crescimento, e depende de diversos fatores que interagem entre si. Para o autor existem pelo menos sete desafios para o desenvolvimento rural no Brasil: 1) mudança no ambiente educacional rural; 2) projetos que extrapolem um setor profissional e valorizem os atributos de cada região; 3) o município não conseguir gerir a rede de relações necessárias; 4) organização de iniciativas que colaborem para a formação de laços de confiança e cooperação entre setores econômicos; 5) criação de novos mercados que evidenciem as capacidades do território; 6) participação efetiva das universidades; 7) construção de uma nova visão sobre o significado do meio rural.

Schneider (2004, p. 94) ao analisar os debates fora do Brasil a respeito do desenvolvimento rural percebeu a preocupação dos estudiosos com pelo menos quatro fatores preconizados: "a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação

política, o território como unidade de referência, e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.". Schneider (2004) cita ainda duas abordagens diferentes sobre desenvolvimento rural, a de Frank Ellis, que trata das estratégias de sobrevivências familiar e diversificação como forma de melhoria de vida, não somente como incremento da renda. Para Ellis (2000 apud Schneider 2004, p. 95) desenvolvimento rural pode ser entendido como "conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera (empowerment) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para mudança.".

Ploeg at al (2010) ao narrar sobre o desenvolvimento rural na Europa, afirma que o desenvolvimento rural estaria reconstruindo a base econômica da economia rural e das empresas agrícolas, através das ações tomadas pelas famílias agricultoras. Conforme o autor para os agricultores familiares "rural development represents a 'way out' of the limitations and lack of prospects intrinsic to the modernization paradigm and the accelerated scale-enlargement and industrialization it entails.". (PLOEG et al, 2000, p. 395). Nessa linha, para os agricultores familiares, o desenvolvimento rural significa um meio de criação de novos produtos, serviços, novos mercados, redução e custos, e outros. Ou seja, uma forma de sobrevivência desses agricultores, competindo com as grandes empresas do setor. (PLOEG et al, 2000). Nessa abordagem, conforme Schneider (2004), o desenvolvimento rural passa a ter os agricultores como protagonistas, já que os mesmos tornam-se mais independentes e decidindo sobre seu modo de produzir e de viver.

Para Veiga (2001) a relação entre urbanização e desenvolvimento é um engano, e que os dados dos censos entre 1991 e 2000 revelam duas constatações que não deveriam ser ignoradas: a) considerar a população rural como condenada a extinção; e b) não se pode falar em êxodo rural de forma genérica. E de acordo com o autor é importante pensar em uma explicação econômica para esses fenômenos demográficos. Veiga et al (2001) fala sobre a importância dos núcleos familiares no desenvolvimento rural e como o Estado poderia apoiar a pluriatividade e o empreendedorismo, como forma de dinamizar a economia brasileira.

Percebe-se uma relação forte entre os conceitos de desenvolvimento rural e a importância da agricultura familiar, com suas diversas facetas e particularidades.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Pode-se afirmar que é recente o debate sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento. Para entendermos a importância, primeiramente é necessário entender o conceito de agricultura familiar, e suas diferentes interpretações ao longo dos anos.

Mas antes disso faz-se necessário uma breve explanação sobre a escolha do termo agricultor familiar, ao invés de camponês ou pequeno produtor. Para Schneider (2016) pequeno produtor é aquele que produz em escala reduzida, seja para consumo ou para revenda. Logo, esse termo não consegue abranger uma classe de produtores que tenha características sociais e culturais parecidas. Alguns fatores como tamanho da propriedade são usados como referência para pequeno produtor, mas Veiga (1991) questiona essa escolha quando faz uma reflexão que para cada combinação de sistema de produção, localização e momento histórico, o tamanho da unidade produtiva, o tamanho tem uma importância diferente. Veiga (1991) ainda cita alguns exemplos para representar essa dicotomia do tamanho. O autor cita de um lado o pastoreio em zonas áridas que de grande só tem área de terra, e no lado oposto a horticultura, que tem pequena área mas utiliza grande quantidade de capital e de força de trabalho.

O conceito de campesinato é mais complexo, já que os agricultores familiares não deixam de ter suas origens camponesas. Para Schneider (2016, p. 20 e 21) "O campesinato pressupõe uma comunidade rural e um modo de vida relativamente autônomo em relação às cidades e aos mercados.". Para Veiga (1991) as semelhanças entre agricultores familiares e camponeses são muitas, mas a grande diferença reside na forma como esse produtor interage com os mercados. Os camponeses retiram-se dos mercados e os agricultores familiares operam com mercados desenvolvidos.

A agricultura familiar trata-se de uma categoria social, que tem tamanhos e condições sociais diferentes. Sua existência está ligada a forma escolher e gerir as diversas estratégias produtivas agrícolas. Apesar de sua existência estar fundamentalmente ligada a condições internas, ou seja, a forma como o agricultor e sua família fazem a gestão dos recursos em geral, esses agricultores também são afetados pelo contexto social e econômico. (SCHNEIDER, 2016).

Apesar do trabalho utilizar o conceito de agricultor familiar, é importante lembrar que nenhum conceito é pleno, ou seja, há sempre um processo de transformação entre camponês e agricultor familiar, ou vice-versa. Isso significa que nenhum terá somente características do seu grupo, mas pode ter algumas características do outro.

Para Plein (2012, p. 92) "sempre existiram muitas dúvidas sobre os atributos socioeconômicos da agricultura familiar enquanto modelo de desenvolvimento.". Ainda segundo Plein (2012) também não há certezas sobre o futuro da agricultura familiar com a consolidação do modo de produção capitalista. Plein (2012) ao analisar as interpretações marxistas e neomarxistas sobre a agricultura familiar comenta que as contribuições marxistas em relação ao mundo rural são incompletas, já que o próprio Marx não se debruçou sobre o assunto. Conforme Plein (2012) a tradição marxista está atrelada a estudos que enfatizam o desaparecimento dos camponeses com o

desenvolvimento do capitalismo. Porém foi no diálogo com os populistas russos que Marx percebe que aquilo que visualizou na França e Inglaterra não era útil para entender a agricultura familiar em qualquer contexto, ou seja, haviam particularidades históricas que deviam ser consideradas. O desaparecimento da agricultura familiar não se confirmou, e alguns estudiosos perceberam que o predomínio da agricultura familiar nos países onde o modo de produção capitalista mais se desenvolveu. Além disso, a agricultura familiar era responsável por grande parte da produção agropecuária nacional. (PLEIN, 2012). De acordo com Schneider (2003) existem três elementos que são importantes para a compreensão da permanência da agricultura familiar no capitalismo:

a) forma de uso do trabalho: em geral as unidades familiares usam mão de obra da própria família, porém as vezes pode contratar outros trabalhadores de forma temporária;
b) obstáculos da natureza: impedem uma equiparação efetiva entre a atividade agrícola e a industrial;
c) relação dos agricultores com o ambiente social e econômico: o ambiente possui um conjunto de instituições que pode incentivar ou limitar, influenciando as decisões individuais e da família.

Esses aspectos mostram as especificidades da agricultura familiar, e demonstram a dificuldade em caracterizá-la. No Brasil, surgiu a necessidade de uma definição de agricultura por Abramovay. Para Abramovay (1997, p. 3 apud Schneider, 2003, p. 41): “A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantem entre si laços de sangue ou de casamento.”. E ainda compreende que existem outras conceituações conforme a necessidade e utilização, mas que esses fatores: gestão, propriedade e trabalho familiares estão sempre presentes.

Apesar da questão de gestão aparecer em várias definições da agricultura familiar, é importante lembra que não se pode comparar agricultura com indústria, ou outro empreendimento nesse estilo. A agricultura possui particularidades e limites, que não podem ser ultrapassados. Os limites naturais impostos dizem respeito a incapacidade de qualquer máquina interferir diretamente sobre o crescimento do animal ou da planta. Por mais que a ação humana tenha impacto na produção, é no papel de fornecedor de condições que favoreçam seu crescimento, e não uma influência direta no crescimento. (VEIGA, 1991).

Abramovay (2007) faz um resumo de três linhas de pensamentos que tentam explicar as condições de existência do campesinato (Schultz, Lipton e Mellor, Sen e Nakagima). A primeira linha trata o camponês como um maximizador de lucro, devido a algumas atitudes tomadas. Para Schultz o fato do produtor alocar corretamente seus insumos, visando a maior produtividade e levar em conta o nível de preços para maximizar lucro ou diminuir custos mostra sua racionalidade

econômica. Na segunda linha, Lipton contesta o entendimento de Schultz, afirmando que o que motiva o produtor é a aversão aos riscos. Nessa linha, o produtor seria um maximizador de oportunidade de sobrevivência, tomando suas decisões de forma a garantir as necessidades básicas da família, ao invés de priorizar a lucratividade. Na terceira linha, há uma união de dois conceitos estudados nas outras linhas: a produção e o consumo. Segundo Abramovay (2007, p. 102) "A relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário a que sejam atingidas é a base para o estabelecimento de um equilíbrio microeconômico em torno do qual o campesinato se define.". (ABRAMOVAY, 2007).

Percebe-se que apesar das três distintas linhas tratadas por Abramovay, o camponês sempre tem o poder de decisão, variando apenas a motivação. As decisões que ele toma são em relação ao que plantar, que recursos alocar, qual o risco correr, o que comercializar. Ou seja, são relativas a gestão da sua propriedade.

O Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO (2000) fez algumas mudanças nos critérios para classificar os estabelecimentos como familiares, apesar das dificuldades encontradas nesse processo. Para se enquadrar como estabelecimento familiar, precisavam atender simultaneamente as duas condições: a direção dos trabalhos sendo exercida pelo produtor e o trabalho familiar sendo superior ao trabalho contratado.

No Brasil, marco importante para a conceituação do agricultor familiar foi a promulgação da Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Para essa lei, o estabelecimento precisa se enquadrar nos seguintes itens:

a) possuir área igual ou menor a quatro módulos fiscais;
b) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família;
c) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades do seu estabelecimento;
d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Apesar da maioria dos estudiosos discordar dos quesitos tamanho da propriedade e renda, pode-se perceber que mesmo nessa definição simplista, que desconsidera os fatores sociais, está contemplada a gestão da propriedade.

Brazilian Journal of Development

Quadro 1: Conceitos de agricultura familiar

AUTOR	DEFINIÇÃO
Ricardo Abramovay	A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantem entre si laços de sangue ou de casamento.
Lei 11.326/2006	Possuir propriedade até determinado tamanho, utilizar predominantemente mão de obra familiar, dirigir seu estabelecimento e obter maioria da renda proveniente da propriedade.
INCRA/ FAO	Direção dos trabalhos sendo exercida pelo produtor e o trabalho familiar sendo superior ao trabalho contratado.

Fonte: Schneider 2003; BRASIL, 2006; INCRA/FAO, 2000.

Algumas definições de agricultura familiar, em especial as formuladas para questões legais, possuem alguns quesitos diferentes. O que se percebe em todas é que a questão de gerenciamento familiar está presente nas definições abordadas.

2.3 GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Se pelo conceito de agricultura familiar a tomada de decisão é feita pelo próprio produtor rural, ou outro membro da família, podemos afirmar que esse se transforma no gestor rural. O gestor rural deve decidir o que, quanto e como produzir. Além disso, deve avaliar se as práticas adequadas estão sendo aplicadas e avaliar os resultados obtidos. (CREPALDI, 2012). A gestão rural tem diversas facetas que a tornam complexa. A propriedade rural precisa adaptar-se às exigências externas, seja das agroindústrias ou até mesmo do mercado como um todo. Porém poucas propriedades têm aplicado práticas de gestão, sendo que os produtores de pequeno porte pouca ou nenhuma assistência contábil e de resultados. (DINIZ;SCARPELI, 2001). Para analisar a complexidade da gestão rural, o primeiro passo é perceber as particularidades das diversas atividades que podem ser exercidas. O planejamento é feito com meses, ou até anos de antecedência em relação a entrega do produto. Essa escolha antecipada diminui o grau de precisão da decisão. Outro fator de decisão é o tipo do produto, que por ser perecível pode ter problemas na comercialização. Ainda é necessário pensar que as propriedades rurais estão inseridas em um ambiente, que contempla outras propriedades, fornecedores, compradores e outras instituições. Todos esses fatores influenciam as decisões do produtor. (UECKER;UECKER;BRAUN, 2005).

Conforme proposta de Lourenzani (2006) pode-se dividir as ferramentas gerenciais aplicadas ao agricultor familiar nas seguintes:

a) planejamento da produção: objetiva auxiliar o produtor a tomar decisões referentes ao planejamento da atividade agrícola. Nesse planejamento é necessário controlar fatores internos, como por exemplo a cultura a ser cultivada, e conhecer os externos, tais como clima e demanda dos consumidores;

b) gestão da qualidade: objetiva auxiliar o produtor no com os fatores de exigência de qualidade, como legislação e necessidades do cliente. Pode-se com essa ferramenta evitar perdas e retrabalhos;
c) gestão de custos: elaborar formas de coletar, controlar e analisar custos de forma que atenda as especificidades da atividade rural;
d) comercialização: necessidade do produtor entender como gerenciar suas compras e também como efetuar as vendas. Faz-se necessário o produtor saber quais os canais existentes para revenda, bem como as exigências de cada um.
e) recursos financeiros: verificação de formas de captação de recursos e como gerenciar o recurso obtido.

Outras ferramentas gerenciais podem ser utilizadas na gestão da propriedade rural. Um ponto que não pode ser desconsiderado ao fazer o planejamento é a vocação da propriedade. Não pode-se desvincular o conceito de liberdade e qualidade de vida com essa decisão. Logo essa decisão exige não somente conhecimento gerencial ligado a planejamento, custos e comercialização mas tem que ser compatível com a terra utilizada e com o desejo do produtor. É também importante ter-se conhecimento dos recursos disponíveis, tais como:

a) quantidade e tipo da mão de obra disponível, bem como se essa mão de obra é familiar ou contratada;
b) áreas cultivadas, com suas características físicas e também situação de ocupação (posse, propriedade, arrendado);
c) outros recursos físicos e seu estado de conservação, tais como instalações, animais e máquinas. (UECKER; UECKER; BRAUN, 2005)

Percebe-se que a gestão da propriedade rural é algo complexo, que provavelmente o agricultor familiar não tem conhecimento para fazer. Porém percebe-se o aumento da necessidade de uso dessas ferramentas, já que essas propriedades estão inseridas em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo.

3 METODOLOGIA

O método de abordagem para esse trabalho é o método dialético, que conforme Lakatos e Markoni (1986) considera que nada está acabado, mas sim em movimento. Ainda conforme Lakatos e Markoni (1986, p.73), para o método dialético “as coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente.”.

A pesquisa, quanto aos objetivos, é descritiva. Tem como objetivo descrever como o que é desenvolvimento rural, o que é agricultura familiar, como o conceito de gestão está presente nos

conceitos de agricultor familiar e quais ferramentas são apropriadas para a população estudada. Para Gil (1988, p. 39) a pesquisa descritiva "tem como objetivo primordial a descrição das características e determinada população ou fenômeno, ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis.".

Foi realizada a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações já publicadas com objetivo de descrever os conceitos inerentes a agricultura familiar e suas particularidades. A pesquisa bibliográfica é aquela feita a partir das contribuições de diversos autores em livros, periódicos e outras publicações. (GIL, 1988).

Em relação à abordagem do problema a pesquisa é denominada como qualitativa, pois se procura entender uma situação específica e explicar os motivos da diferenciação entre situações.

4 CONCLUSÃO

O conceito de desenvolvimento evoluiu de crescimento econômico para abordar questões sociais e culturais. Os fatores de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e igualdade entraram na lista de requisitos para o desenvolvimento. Um conceito invocado pelo indiano Amartya Sen para caracterização do desenvolvimento foi a questão da liberdade. Esse conceito por si só incorpora diversos fatores, já que a liberdade consiste em escolher o modo de vida que quiser, sem ser privado de nada, seja físico ou emocional.

O desenvolvimento rural tem enorme importância para o desenvolvimento de um país, seja garantindo a permanência do produtor no campo, seja pela questão de produção de alimentos para a população. A agricultura familiar, como peça fundamental na produção de alimentos, está sempre presente nas discussões sobre desenvolvimento. O conceito de agricultura familiar não é consenso entre os estudiosos, mas fatores como propriedade, gestão e mão de obra da família estão sempre presentes nas descrições.

Se o desenvolvimento envolve qualidade de vida e liberdade, é necessário que o produtor tenha autonomia, que pode ser conquistada com conhecimento para fazer a gestão da sua propriedade. Nos conceitos de agricultura familiar abordados, a questão da gestão está sempre presente. Como característica desse tipo de produção a tomada de decisões é sempre feita pelo núcleo familiar. Para Abramovay é importante que a gestão da propriedade seja feita pela família. Na Lei 11.326/2006 bem como as diretrizes para análise do INCRA/FAO também consideram a gestão por membros da família como sendo característica da agricultura familiar.

A gestão rural tem muita complexidade envolvida, pelo fato das especificidades envolvidas na produção. Falando-se em agricultura familiar, as dificuldades aumentam pela falta de recursos e conhecimento. Os autores apresentados trouxeram algumas ferramentas e conhecimentos gerenciais, que tratam de planejamento de produção, gestão de qualidade, gestão de custos,

comercialização, gestão de recursos financeiros e gestão de outros recursos como a terra, mão de obra e outros imobilizados.

A gestão rural, aliada a ferramentas gerenciais voltadas para as especificidades da agricultura familiar podem auxiliar o agricultor a tomar decisões no mercado competitivo que está inserido. Isso colabora para a perpetuação da agricultura familiar, que pode se tornar um pilar do desenvolvimento no país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da FURGS, 2009.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 04 set. 2017.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade Rural:** Uma Abordagem Decisorial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012

DINIZ, José Flávio; SCARPELLI, Moacir. Gestão da Produção Rural no Agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão Agroindustrial.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. cap.10.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão** – do agrário ao territorial. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa em Economia.** São Paulo: Atlas, 1988.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil descoberto. Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, mar. 2000. Disponível em <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>. Acesso em 04 set. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1986.

LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações rurais e agroindustriais**. v. 8, n. 3, p. 313-322. Lavras, 2006. Disponível em < http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/156>. Acesso em 06 set. 2017.

ONUBR. (2014). Agricultura familiar é vital para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável globais, diz FAO. Disponível em < https://nacoesunidas.org/agricultura-familiar-e-vital-para-seguranca-alimentar-e-desenvolvimento-sustentavel-globais-diz-fao/>. Acesso em 04 set. 2017.

PORTAL BRASIL. (2015). Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em 04 set. 2017.

PLEIN, Clério. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados?** As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná. 266 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PLOEG, Jan Douwe van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Socioligia Ruralis**, v.40, n.4, October 2000, p. 391-408. Netherlands, 2000. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00156/epdf>. Acesso em 22 ago. 2017.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. v.9, n.25. São Paulo: Edusp, 1995.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. v.6, n.11. jan/jun. 2004, p. 88-125. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/19820>. Acesso em 21 ago. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**. v.21, n.3, p. 11-33, set/dez. 2016. Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em < https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390 >. Acesso em 26 ago. 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. **A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias**. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – Anais... SOBER, 2005, Ribeirão Preto -SP, 2005. Disponível em < http://www.sober.org.br/palestra/2/429.pdf>. Acesso em 06 set. 2017.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 1991.

VEIGA, José Eli. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. v.15, n.43, setembro-dezembro 2001, p. 101-119. São Paulo, 2001. Disponível em:< https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9826/0>. Acesso em 22 ago. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da *et al.* **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. Disponível em: <

www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/arquivo_112.zip>. Acesso em 22 ago. 2017.